



REPENSAR OS PROCESSOS E AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS PELA ÓTICA DA ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA

Marco Bonito¹

Larissa Conceição dos Santos²

RESUMO: O ensaio de caráter teórico-reflexivo apresenta o panorama político-legal no Brasil relativo às Pessoas com Deficiência (PcD), especialmente a legislação que exige a obrigatoriedade da acessibilidade nas páginas web e nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão), problematizando a questão da linguagem sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Destaca-se a importância de uma reconfiguração nos processos e práticas jornalísticas, de maneira a conceber narrativas acessíveis que não sejam somente adaptáveis aos mais variados suportes técnicos e midiáticos, mas também compreensíveis perante a diversidade de públicos, a fim de garantir o direito universal à comunicação. Finalmente, apresentam-se alguns exemplos e desafios à formação dos jornalistas, tendo como base os preceitos da cidadania e da acessibilidade comunicativa, tão caros na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo. Acessibilidade comunicativa. Narrativa. Direitos Humanos.*

ABSTRACT: The theoretical-reflective essay presents the political-legal panorama in Brazil concerning People with Disabilities (PcD), especially the legislation that requires the obligation of accessibility in Web pages and broadcasting services (radio and Television), problematizing the question of language from the perspective of human rights. It is noteworthy the importance of a reconfiguration in the journalistic processes and practices, in order to conceive accessible narratives that are not only adaptable to the most varied technical and media supports, but also comprehensible to the diversity of audiences in order to guarantee the universal right to communication. Finally, some examples and challenges are presented to the formation of journalists, based on the precepts of citizenship and communicative accessibility, so important nowadays.

KEYWORDS: *Journalism. Communicative accessibility. Narrative. Human Rights.*

¹ Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Integrante dos grupos de pesquisa Processocom (UNISINOS) e t3xto (UNIPAMPA). Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS). E-mail: marcobonito@gmail.com

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Pesquisadora vinculada ao Laboratoire GRIPIC (CELSA, Paris-Sorbonne) e Grupo de pesquisa t3xto (UNIPAMPA). Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication (Paris-Sorbonne) e Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP). E-mail: larissa.conceicao@gmail.com

Introdução

No Brasil, de acordo com o mais recente censo demográfico (IBGE 2010), 24% da população residente possui algum tipo de deficiência; em números absolutos, as pessoas com algum grau de deficiência somam 45,5 milhões. Esse dado deveria servir como referência para propostas de políticas públicas que respeitem os Direitos Humanos e promovam a cidadania das pessoas, no entanto, as conquistas legais geralmente não são cumpridas e o pouco que se faz não contempla os interesses e necessidades das Pessoas com Deficiência – PcD.

Da mesma forma, no âmbito político, a Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015) se configura a partir das leis promulgadas, que representam a luta histórica das PcD por seus Direitos Humanos e sua cidadania. É necessário reconhecer que a comunicação é um Direito Humano fundamental, reconhecido pela ONU e, logo, uma pessoa sem acesso isonômico às informações passa a estar em situação de vulnerabilidade social e está alijada de sua cidadania plena.

Isso está implícito nas lógicas das indústrias culturais globalizadas e se percebe que há um conflito de interesses entre a proposta da diversidade cultural que contempla as PcD e os projetos que apontam para o lucro, cujas filosofias são quase sempre incompatíveis.

É importante enfatizar que, no Brasil, os programas jornalísticos ou de transmissão ao vivo geralmente não contemplam linguagem acessível, e as práticas no ciberespaço tampouco se mostram mais inclusivas, especialmente no que diz respeito à adaptação aos diferentes suportes midiáticos e à construção de narrativas concebidas com base na perspectiva da acessibilidade comunicativa.

É essencial, nesse sentido, olhar para além dos processos narrativos canônicos (Propp, 1970), estruturalistas (Brémond, 1973; Todorov, 1966; Greimas 1966), ou simplesmente clássicos (Herman, 1997; Prince, 2008), em vista de uma perspectiva narrativa que reconhece a importância de dimensões técnicas e também interativas, olhando para a apreensão e compreensão de tais comunicações por toda e qualquer pessoa.

A seguinte proposta leva em consideração o contexto brasileiro, no qual a condição humana da PcD está em um estado de extrema vulnerabilidade social, principalmente pelo desrespeito aos direitos humanos e ao direito fundamental à comunicação.

Outrossim, entende-se a urgência de refletir sobre a formação de profissionais de comunicação com consciência cidadã em prol da acessibilidade comunicativa, ante ao panorama político-legal no Brasil, no que se refere ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que exige a obrigatoriedade da oferta de acessibilidade comunicativa nos sites e serviços de radiodifusão (Rádio e TV). Compreendemos que as narrativas midiáticas acessíveis e as políticas públicas contribuem diretamente para a construção de sujeitos comunicantes aptos a exercer sua cidadania comunicativa, porém, quando os direitos fundamentais não são garantidos pela força da lei, faz-se ainda mais necessário o fortalecimento da educação comunicativa inclusiva em virtude de uma consciência cidadã que possa transformar o *ethos* midiático ao longo do tempo.

Um breve resgate dos estudos narrativos

As investigações relacionadas às narrativas foram desenvolvidas, inicialmente, no âmbito da teoria literária, de maneira mais específica no campo da narratologia. Com o chamado “giro narrativo”, observa-se a expansão desse gênero para além da literatura, mas abordado agora também pela filosofia (Ricoeur, 1983), a comunicação (Fisher, 1984; D’Almeida, 2001), a psicologia (Bruner, 1991), a história (Carr, 1986; White, 1987) e as ciências da gestão (Czarniawska, 1998; Boje, 2001).

Entre os estudiosos que se dedicaram aos estudos das narrativas, é necessário ressaltar o autor Walter R. Fisher, aqui destacado por sua contribuição, já nos anos 80, quando afirmava a importância da narração para a comunicação humana ao apresentar o seu paradigma narrativo da comunicação.

A perspectiva de Fisher (1984) repousa na hipótese do homem como um narrador (indicativo de uma forma genérica de construção simbólica), e da narrativa como essência da comunicação humana. Nesse sentido, as histórias seriam os meios de comunicação dos

símbolos produzidos, a fim de atribuir uma ordem à experiência humana e de estabelecer as regras de vida em comunidade.

Jerome Bruner afirma que os indivíduos organizam suas experiências e suas memórias por meio de narrativas, sustentando sua tese da construção narrativa da realidade. Os relatos funcionariam como um instrumento mental, auxiliando os sujeitos na formação simbólica da realidade - ou de uma versão desta (Bruner, 1991).

Já Ricoeur (1983) analisa a importância da narrativa como forma de vivenciar a experiência humana do tempo. Assim, para o autor, a narrativa possui um caráter mediador e legitimador que torna a experiência temporal acessível, pois por meio dos relatos lembramos um passado distante, mas também podemos prever ou imaginar um futuro, ainda que incerto.

Também Walter Benjamin observa a narração como forma de expressão das experiências humanas. O autor considera a narração como uma forma artesanal de comunicação e chama a atenção ainda para o que ele denomina "a morte anunciada da narrativa", como consequência do surgimento dos romances, agravada posteriormente com a supremacia da informação. De acordo com Benjamin (1994), seria possível observar, pela ascensão da burguesia, impulsada pela imprensa, uma nova forma de comunicação, decisiva e influente, denominada "informação", cujo apogeu simbolizava o declive da narrativa.

Destaca-se ainda o papel das narrativas não apenas como mecanismos de expressão e comunicação (Fisher, 1984; Benjamin, 1994; Bruner, 1991), mas também como uma forma de conhecimento (Lyotard, 1979).

Lyotard (1979) observa a narrativa como um tipo de discurso do saber. Na visão do autor, o que se transmite com os relatos é o grupo de regras pragmáticas que constitui o vínculo social, tornando possíveis as relações em comunidade e com o entorno. Os relatos definem o que se pode dizer e fazer na cultura, mas são também uma parte desta, encontrando-se, assim, legitimados.

Nessa perspectiva, a apreensão dos fatos passa a implicar uma subsequente explicação, distanciando-os, dessa forma, das narrativas e acercando-as da informação.

Na visão de Benjamin (1994) há, no entanto, uma lacuna entre estas duas formas de comunicação: a informação tem seu valor enquanto é nova (sentido de atualidade), já a narrativa conserva seu sentido de surpresa, sua lição, podendo ser lida em qualquer época sem perder seu valor de novidade.

Narrativas no cenário midiático contemporâneo

A apropriação dos estudos narrativos e narratológicos pelos investigadores das áreas de informação e comunicação faz emergir novas perspectivas, dentre as quais nos interessa aqui a abordagem das narrativas midiáticas. Entre as pesquisas sobre essa temática, ressaltam-se os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores Marc Lits e Philippe Marion, no âmbito do *Observatoire du récit médiatique* (ORM), criado em 1991, na Escola de Jornalismo da Université Catholique de Louvain (UCL).

Conforme enfatiza Lits (2012, p.38, em livre tradução), no início dos anos 90 “a noção de narrativa, muito presente nas teorias estruturais de análise textual e discursiva, como na linguística textual, era quase inexistente no campo de análise das mídias e nos estudos em informação e comunicação”. O autor se interessa pela narrativa jornalística, bem como pela configuração e refiguração (Ricoeur, 1984) das narrativas em face das diferentes mídias, originando o conceito de *narrativas midiáticas*.

Na visão de Lits (2008), há uma lógica narrativa ligada à informação jornalística. Ele observa a proximidade entre o jornalismo e a literatura e defende que as notícias são apreendidas pelos leitores como narrativas da realidade (em oposição às narrativas literárias ficcionais). Nesses termos, destaca que o modelo narrativo “é tão importante, especialmente na televisão, que se impõe como uma estrutura de escrita de informações, mas também contamina igualmente inúmeras sequências, fazendo passar de simples descrições de ações a narrativas” (Lits, 2008:76, em livre tradução).

Com o exame das narrativas jornalísticas e pela pertinência do formato narrativo para a transmissão de informações via diferentes mídias, Lits (1997) reafirma a proposição do termo *narrativa midiática*, tendo como fundamento: a) a difusão de textos e relatos na mídia, que reproduz, em grande parte, a ficção narrativa; b) a transmissão de

informações na mídia ancorada no modo narrativo (narrativização dos eventos, notícias, informações); e c) a transição do evento/fato ao status de “informação” como produto de um processo de midiaticização e, portanto, de *mise en récit*.

Já o pesquisador Philippe Marion concentra seus estudos especialmente sobre a *narratologia midiática*, a qual, segundo o autor, possibilita analisar as interfaces entre narrativa e mídia sob a perspectiva narratológica. O autor desenvolve ainda o conceito de *médiagenie*, que diz respeito à capacidade, ao nível de adaptação das narrativas aos diferentes suportes comunicacionais (Marion, 1997), e também de *transmediagenie*, isto é, a relação que a narrativa estabelece com determinadas mídias, podendo ou não transitar entre os diferentes suportes, implicando alterações com vistas à sua apreensão, compreensão e circulação.

No presente trabalho são integradas diferentes visões narratológicas, como a perspectiva desenvolvida por Ricoeur (1983), de viés hermenêutico, mas também a de Adam (1985; 2009), analítico-literária, pois se entende que os processos narrativos devem responder a um duplo ordenamento, relativo à dimensão cronológica (organização dos fatos, permitindo uma leitura lógica) e também “configuracional” (coerência global da narrativa), como um todo inteligível.

A reflexão aqui apresentada visa evidenciar que a inteligibilidade da narrativa, na era dos processos midiáticos e transmidiáticos, deve considerar os princípios da acessibilidade (Ron; Mace, 1991), baseada no Desenho Universal, no respeito aos Direitos Humanos e na promoção da cidadania das Pessoas com Deficiência (Santos; Bonito 2017). Isso implica repensar os processos e práticas comunicacionais a partir da acessibilidade desde sua concepção, ou seja, observar o emprego da linguagem, a produção de conteúdos e, logo, a construção de narrativas que possam ser apreendidas e compreendidas por toda e qualquer pessoa, sem distinção ou barreira comunicativa.

Cidadania, acessibilidade e direito à comunicação: implicações da Lei 13.146/2015

Nesse sentido, torna-se indispensável reconhecer a comunicação como um Direito Humano fundamental, reconhecido pela ONU, e que, portanto, não deve ser tratada como

algo de menor importância. Uma pessoa sem acesso isonômico às informações, no contexto da era da informação, passa a estar em situação de vulnerabilidade social e está privada de sua cidadania plena.

Por exemplo, no Brasil, os programas jornalísticos ou aqueles transmitidos ao vivo geralmente não são contemplados com linguagem acessível. A janela de tradução de linguagem de sinais para Pessoas com Deficiência auditiva é observada mais frequentemente apenas durante o período obrigatório dos programas eleitorais. Nesse contexto, a condição humana das PcD no Brasil se encontra em estado de extrema vulnerabilidade social, principalmente pelo desrespeito aos Direitos Humanos.

O que se observa no cenário brasileiro é uma verdadeira saga das leis invisíveis e inaudíveis, conforme destaca Romeu Filho (2009) no *Blog da Audiodescrição*, onde exemplifica claramente os motivos que corroboram para perpetuar a falta de acessibilidade nos processos comunicativos. Desde o início dos anos 2000, há decretos de leis constitucionais que regulam e deveriam promover a acessibilidade das Pessoas com Deficiência em amplo espectro, especialmente possibilitando sua inclusão social e sua cidadania. No entanto, os interesses econômicos das emissoras concessionárias públicas de rádio e/ou televisão configuraram um atraso tecnológico que prejudicou muito o desenvolvimento de linguagens acessíveis.

Em 2015 o Congresso Nacional promulgou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) de autoria do Senador Paulo Paim, popularmente conhecida como o “Estatuto da pessoa com deficiência”. A legislação tinha por objetivo organizar as condições de acessibilidade em diferentes âmbitos sociais, inclusive no comunicativo. No primeiro parágrafo expõe-se o conteúdo da Lei: “Art.1º. Se estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, destinada a assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por Pessoas com Deficiência, visando sua inclusão social e cidadã (Brasil, 2015).

Além disso, no capítulo II da Lei, aborda-se especificamente *O acesso à informação e à comunicação*, os parágrafos e artigos próprios regulam as produções midiáticas acessíveis de forma ampla, desde os suportes impressos aos digitais. Um marco

regulatório que deveria tornar-se referência não apenas à reconfiguração dos processos e produtos midiáticos, mas também à reflexão acerca da formação de novos profissionais em comunicação a partir de uma perspectiva cidadã e inclusiva.

A Lei 13.146 afirma, de maneira clara e explícita, que toda produção de informação, em qualquer formato e meio disponível, necessita contemplar a acessibilidade comunicativa (Bonito, 2015), por meio de conteúdos aptos para as “tecnologias assistivas” disponíveis, entre as quais se destacam a audiodescrição para imagens fixas ou em movimento (vídeo), a “janela de tradução” para linguagem de sinais e as legendas visíveis e ocultas.

Entretanto, na prática, essa é mais uma entre tantas outras das “leis que não funcionam”, isto é, uma legislação promulgada, mas que, de fato, não se aplica, em função da incapacidade dos poderes públicos em supervisionar e aplicar sanções às empresas que não as cumprem.

Para tentar compreender essa situação é necessário conhecer o contexto sociopolítico em que tal lei foi promulgada pela então Presidente Dilma Roussef, em um período em que se encontrava sem apoio no Congresso Nacional e às vésperas de sofrer um golpe político por seu sucessor direto, por meio de um *impeachment*. O “Estatuto da pessoa com deficiência” pretendia sanar falhas das leis anteriores que, desde o final dos anos 2000, vinham buscando oferecer acesso sem restrições aos produtos comunicativos, especialmente aqueles ofertados nos canais de rádio e televisão, que, no caso do Brasil, funcionam graças às concessões públicas. No entanto, a falta de apoio político e a crise econômica nos últimos anos tornaram o Estatuto um grande símbolo da falta de respeito com os direitos humanos das Pessoas com Deficiência no Brasil.

Jornalismo e acessibilidade comunicativa

A partir de 2010, inspirados na experiência pedagógica e no trabalho intitulado *Acessibilidade e webjornalismo no jornal Zero Hora*, realizado pela estudante Cristieyli Lopes Carvalho, pessoa com deficiência visual, começam a ser desenvolvidas na Universidade Federal do Pampa, no âmbito do Grupo de Pesquisa t3xto, diversas

pesquisas relacionadas à Comunicação e ao Jornalismo sob a ótica da acessibilidade e da cidadania das Pessoas com Deficiência a partir de processos comunicativos inclusivos. Além disso, a oferta da componente de *Comunicação e acessibilidade*, como disciplina optativa no Curso de Jornalismo, e a componente de Acessibilidade e Práticas Criativas e Culturais, oferecida na Pós-Graduação (*lato sensu*) em Atividades Criativas e Culturais na Unipampa, possibilitaram uma experiência enriquecedora na relação ensino-aprendizagem em comunicação, pautada no exercício da alteridade e na reflexão crítica acerca do papel do comunicador-cidadão.

Dentre os estudos realizados nesse período, frutos da inserção da temática no ensino, pesquisa e extensão no curso de Jornalismo, destacam-se três trabalhos de conclusão de curso que, por sua relevância científica e contribuição social, podem ser considerados pilares para o desenvolvimento crítico sobre a construção narrativa jornalística sob a perspectiva da acessibilidade comunicativa: a) *Fotojornalismo acessível - uma visão fotoetnográfica da fotografia como ferramenta de inclusão social para pessoas com deficiência visual* (Almeida, 2012); b) *Audiodescrição jornalística no Museu Jango* (Rosa, 2015); c) *Acessibilidade Comunicativa na práxis jornalística cotidiana* (Beilfuss, 2015).

141

As referidas investigações contribuíram diretamente para a construção de pesquisas subsequentes sobre o tema, bem como para o desenvolvimento do conceito de “Acessibilidade Comunicativa” que, essencialmente, sustenta a ideia de que toda produção, assim como todo o processo comunicativo, deve conceber, a priori, conteúdos com Desenho Universal, ou seja, acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas diversidades, habilidades e competências significativas ou cognitivas. Para isso, se buscam eliminar barreiras informativas que impedem, principalmente, mas não apenas, as Pessoas com Deficiência de consumir os conteúdos com autonomia, por meio de recursos de tecnologias assistivas.

Com base nas experiências relatadas anteriormente, aprende-se a exercitar a percepção sob a ótica da alteridade. Karolyn Petrucci de Almeida (2012), ao buscar ensinar as Pessoas com Deficiência visual a fotografar, pode compreender que não se tratava de uma simples falta de capacidade cognitiva, mas sim técnica, devido ao excesso

de barreiras, desde as informativas e culturais até as tecnológicas. É sabido que as máquinas fotográficas não são construídas sob as lógicas do Desenho Universal, o que dificulta o manejo de quem tem dificuldade para ver. Ainda assim, como comprovado ao final da pesquisa, as pessoas envolvidas no projeto foram capazes de usá-las, transpondo as barreiras impostas, mediante as instruções fornecidas no curso de fotografia e a mediação da investigadora, que é uma pessoa vidente (pessoa que enxerga sem dificuldade).

Já no trabalho desenvolvido no Museu Jango³, a pesquisadora Janine Mota Rosa (2015) buscou se apropriar das técnicas da audiodescrição para traduzir os espaços, imagens e objetos contidos no museu em formatos audíveis e escritos em Braille, por meio de uma narrativa com viés jornalístico. O produto final se configurou em uma série de arquivos digitais de áudio e folhas impressas que podiam ser acessados ou descarregados previamente no celular ou solicitados à responsável pelo museu durante a visita, para que servissem como guia de acesso aos conteúdos disponíveis em cada ambiente.

Finalmente, no estudo realizado conjuntamente com a pesquisadora Letícia Beilfuss (2016), buscou-se entender como se configuram as práticas cotidianas das produções jornalísticas de uma das maiores empresas de comunicação da região sul do Brasil: o Grupo RBS, proprietário de jornais impressos, jornais digitais, canais de rádios e de televisão, bem como de diversas páginas em redes sociais associadas. Para isso, a pesquisadora esteve imersa por cerca de dez dias nas redações jornalísticas multimídias do Grupo, quando entrevistou repórteres, editores, chefes de reportagem e técnicos de informática, além de participar de reuniões de pauta e acompanhar a produção de reportagens, o que ajudou a compreender os motivos pelos quais não se produzem conteúdos acessíveis às Pessoas com Deficiência. Ao final da pesquisa, concluí-se que o problema está mais associado à falta de conhecimento sobre as necessidades das Pessoas com Deficiência, assim como a ignorância acerca de como se devem produzir conteúdos

³ Museu localizado na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, dedicado ao ex-Presidente brasileiro (1961-1964) João Goulart.

com Desenho Universal e, conseqüentemente, eliminar barreiras e promover a Acessibilidade Comunicativa.

Essas estudantes tiveram a oportunidade de trabalhar com esses temas desde sua formação durante a graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, situação distinta da maioria dos jornalistas que atuam no mercado de trabalho e pouco ou nada sabem sobre as demandas das Pessoas com Deficiência. Isso é determinante nesse processo que pretende promover os conteúdos acessíveis, despertar a consciência sobre o tema e demonstrar que o acesso à informação é um Direito Humano, fundamental para que os produtores de conteúdo adotem práticas empáticas à causa. Por outro lado, as principais redes sociais deveriam implantar tecnologias assistivas, de fácil uso, estimulando que as pessoas incluam legendas ocultas nas imagens para que possam ser lidas por *softwares* leitores de tela⁴, bem como legendas e janelas com tradução simultânea em LIBRAS. Esses recursos tecnológicos não são complexos, tampouco onerosos, muitos, inclusive, já existem, o que demonstra que se trata mais de uma mudança cultural e de modelo mental na sociedade.

Considerações Finais

É imprescindível, nesse sentido, uma visão mais além dos processos narrativos canônicos, clássicos ou estruturalistas, em virtude de uma perspectiva narrativa que reconheça a importância das dimensões técnicas e também interativas. Revaz (2009) diferencia as perspectivas narratológicas de acordo com o foco analítico: uma, orientada ao estudo do modo narrativo e outra focada no objeto ou conteúdo das histórias. Dessa distinção, se observa o surgimento de uma narratologia temática, corrente que tem por expoente Paul Ricœur, orientada para o estudo da história, do conteúdo e das narrações. Uma segunda vertente, denominada narratologia modal ou formal, se interessa pela representação da história, pelo modo como se organiza a narrativa, que fora investigada por Gérard Genette (Revaz, 2009).

⁴ Como, por exemplo, o Jaws e o NVDA.

Jean-Michel Adam combina as duas visões narratológicas apresentadas por Revaz, agregando a elas uma terceira, relativa à dimensão pragmática das narrativas. O autor sugere, por meio da análise textual, observar a narrativa em suas diferentes dimensões: no nível sintático, relativo à organização textual do relato, em seu nível semântico, relacionado com o conteúdo a ser comunicado e também no nível pragmático, que remete à interação.

Isto é, por meio da narrativa, se busca a coerência com que a interpretação intervém no processo de produção do discurso narrativo. De acordo com Adam (2009), é da combinação entre um componente simbólico – vinculado às representações subjacentes ao relato – e um componente estrutural, relativo à organização e apresentação dos feitos, que o narrador assegura a inteligibilidade da narrativa. A narração como prática social, modo de apreensão e compreensão do mundo (Bruner, 1991) também forma parte da cultura midiática, como um processo e um mecanismo que media as relações humanas, desde muito tempo apoiada nos intercâmbios simbólicos e de informação.

Como resultado, há um fenômeno de narrativização de experiências, feitos, eventos, que se convertem em subsídios aos diferentes meios de comunicação. Afirma-se, portanto, a centralidade das narrativas na comunicação midiática que, na visão de Omar Rincón (2006), caracteriza a sociedade contemporânea, dotada de uma compulsão pelo relato, documentado nos êxitos do cinema e da televisão.

Sendo assim, reconhecido o papel dos relatos – processos e produtos narrativos – na cultura contemporânea, em que a mídia ocupa um lugar fundamental não somente na indústria do entretenimento, mas também como mecanismo de sociabilidade, busca-se neste trabalho refletir sobre a importância de uma comunicação mais inclusiva, que promova a todas as pessoas, sem distinção, o acesso aos conteúdos midiáticos através dos diferentes meios de informação e de comunicação.

Como nos recorda Rincón (2006), a mídia deve encontrar maneiras de narrar e, nessa busca, necessita considerar a diversidade de públicos, entre eles as Pessoas com Deficiência, muitas vezes não contempladas na concepção de conteúdos comunicacionais.

Atualmente, no Brasil, o contexto político é desfavorável à exigência do cumprimento das leis que constam no “Estatuto da pessoa com deficiência”, pois não há respaldo dos poderes públicos ao que se refere à fiscalização dos meios de comunicação que deveriam estar promovendo a acessibilidade comunicativa. Dessa forma, as Pessoas com Deficiência (PcD) continuam encontrando barreiras informativas que dificultam sua compreensão acerca do mundo e prejudicam sua cidadania e autonomia.

Creemos que as redes sociais digitais podem se transformar em grandes vetores de promoção da acessibilidade comunicativa, adotando ferramentas tecnológicas que permitem aos usuários de seus sistemas incluir, de maneira simples e intuitiva, as descrições das imagens, da legenda, da janela de LIBRAS e da audiodescrição de cenas nos vídeos para Pessoas com Deficiência sensorial: auditiva ou visual. Essa prática poderia contribuir para dar visibilidade ao problema e forçar uma mudança no modelo mental, com base na cultura do receptor/usuário dos meios, e não por leis que na prática não se cumprem.

Além disso, com base nas experiências relatadas, entende-se que a formação acadêmica dos profissionais de comunicação deve considerar, de maneira enfática, apresentar o problema da falta de acessibilidade nos produtos e serviços comunicativos, a fim de que os estudantes conheçam a realidade da falta de respeito aos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e possam expandir a consciência sobre o tema, assim como produzir cientificamente, propondo aplicações de conceitos e novas técnicas às narrativas, dando alternativas e soluções objetivas para a chamada “Indústria Criativa”.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **Le texte narratif**. Traité d’analyse textuelle des récits. Paris: Nathan, 1985.

_____. **Genres de récits**. Narrativité et généricité des textes. Louvain-la-Neuve: Éd. L’Harmattan-Academia, 2009.

ALMEIDA, Karolyn Petrucci Barbosa. **Fotojornalismo acessível** - Uma visão fotoetnográfica da fotografia como ferramenta de inclusão social para pessoas com deficiência visual. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Pampa, 2012.

BREMOND, Claude. **Logique du récit**. Paris: Seuil, 1973.

BEILFUSS, Letícia P. **Acessibilidade comunicativa na práxis jornalística cotidiana**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Pampa, 2016.

BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”. In: Benjamin, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOJE, David. **Narrative methods for organizational and communication research**. London: Sage, 2001.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, 2015.

BRASIL, P. D. R. 13.146. **Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf. Acesso em: 30 nov.2018

BRUNER, Jerome. “The narrative construction of reality”. **Critical inquiry**, p. 1-21, 1991.

CARR, David. **Time, narrative and history**. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

CARVALHO, Cristiely Lopes de. **Acessibilidade e webjornalismo no jornal Zero Hora**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2010.

CZARNIAWSKA, Barbara. **A narrative approach to organization studies**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

D’ALMEIDA, Nicole. **Les promesses de la communication**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FISHER, Walter. R. “Narration as Human Communication Paradigm: The Case of Public Moral Argument”. **Communication Monographs**, v.51, n.1, p.1-22, 1984.

GREIMAS, Algirdas J. “Eléments pour une théorie de l’interprétation du récit mythique”. **Communications**, v. 8, n. 1, p. 28-59, 1966.

HERMAN, David. “Scripts, Sequences, and Stories: Elements of a Postclassical Narratology”. *PMLA*, v.112, n.5, p.1046-1059, 1997.

IBGE, I. B. DE G. E. E. Censos demográficos, 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm>. Acesso em: 17 mai. 2018

LITS, Marc. “Quel futur pour le récit médiatique?” **Questions de communication**, n. 21, p. 37-48, 2012. doi : 10.4000/questionsdecommunication.6562.

_____. **Du récit au récit médiatique**. Bruxelles: Éditions De Boeck, 2010.

_____. “Le récit médiatique: un oxymore programmatique?” **Recherches en communication**, v.7, n.7, p.36-59, 1997.

LYOTARD Jean-François. **La condition postmoderne**. Paris: Minuit, 1979.

MACE, Ron et al. “Accessible environments”. In: VISCHER, J. C.; WHITE, E. T. (Eds.). **Design interventions: toward a more humane architecture**. New York, EUA, 1991. [s.n.].

MARION, Philippe. “Narratologie médiatique et médiagénie des récits”. **Recherches en communication**, 1997, vol. 7, no 7, p. 61-87.

PRINCE, Gerald. “Classical and/or Postclassical Narratology”. **L'Esprit Créateur**, v.48, n.2, p.115-123, 2008 . doi: 10.1353/esp.0.0005

PROPP, V. **Morphologie du conte**. Paris: Ed. Seuil,1970.

REVAZ, Françoise. **Introduction à la narratologie**. Louvain-la-Neuve : De Boeck - Duculot, 2009.

RICÉUR, Paul. **Temps et récit I: L'intrigue et le récit historique**. Paris : Seuil, 1983.

RINCÓN, Omar. **Narrativas mediáticas: O cómo se cuenta la sociedad de entretenimiento**. v.23. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

ROMEU FILHO, Paulo. **Blog da Audiodescrição**. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/a-saga-da-audiodescricao-no-brasil>. Acesso em: 17 mai.2018

ROSA, Janine da Mota. **Audiodescrição jornalística no Museu Jango**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Pampa, 2015.

SANTOS, Larissa C.; BONITO, Marco. “Procesos comunicacionales para la construcción de narrativas accesibles”. CONGRESO INTERNACIONAL NUEVAS NARRATIVAS, Barcelona, 2017. **Actas...** Barcelona, UAB, 2017. Disponível em: <http://congresointernacionalnuevasnarrativas.com/en/congres-proceedings/>. Acesso em: 8 ago. 2018

TODOROV, Tzvetan. “Les catégories du récit littéraire”. **Communications**, v.8, n.1, p.125-151, 1966.

WHITE, Hayden. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore: Johns Hopkins, 1987.